

A desigualdade racial no acesso ao ensino superior no Brasil persiste, mesmo diante de políticas afirmativas como as cotas raciais. Dados de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) revelam que 55,51% dos brasileiros se declaram pretos ou pardos.

Entretanto, de acordo com o resumo técnico do censo da educação superior 2022, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), 1.159.655 ressaltantes se declaravam pardos e 280.241 ingressantes se declaravam pretos.

Segundo Analistas do Censo de 2022, comparando os resultados de 2022 com operações censitárias anteriores, nota-se que o aumento da proporção de pessoas com nível superior ocorreu para todos os grupos de cor ou raça. Em 2000, a proporção da população branca com 25 anos ou mais que tinha nível superior (9,9%) era mais de quatro vezes superior ao verificado na população de cor ou raça parda (2,4%) e preta (2,1%).

De 2000 para 2022, essas proporções se elevaram 2,6 vezes para a população branca (25,8%), 5,2 vezes para as pessoas de cor ou raça parda (12,3%) e 5,8 vezes para a população preta (11,7%), tendo por hipótese que as políticas públicas e ações afirmativas que surgiram nessa época, contribuíram para o crescimento e avanço dessa parcela da população, ou seja, população preta ou parda.

Embora, os dados mostrem um avanço para a população parda e preta, o último censo do IBGE, isto é, em 2022, atesta que o analfabetismo entre pretos e pardos é mais que o dobro registrado entre brancos. A mesma pesquisa afirma que brancos são 4,3% dos analfabetos, enquanto pardos representam 8,8% e negros 10,1%. Esses indicadores confirmam as reproduções de desigualdades históricas e suas relações com os fatores socioeconômicos que possivelmente limitam o avanço escolar e acadêmico.

Diante desse cenário, surgiram políticas públicas voltadas à redução dessas disparidades. A lei nº 12.711/2012 marcou um avanço ao garantir cotas raciais e sociais no ensino superior público. Entretanto, a discussão sobre ações afirmativas é antiga, visto que desde 1983, projetos tentavam implementar medidas compensatórias para negros.

Antes disso, políticas excludentes, como o Regulamento da Instrução Primária (1837), proibiam escravos e africanos livres ou libertos de estudar, reforçando o



caráter estrutural da exclusão. Como medida reparatória, anos mais tarde surgiram leis como a 10.639/2003 (educação antirracista), a 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial) e a 12.990/2014 (cotas em concursos públicos) compõem esse arcabouço, mas enfrentam resistências, como propostas legislativas que visam eliminar as cotas raciais, como o Projeto de Lei 4125/2021, que estabelece que as cotas para ingresso nas universidades públicas federais sejam destinadas exclusivamente a estudantes de baixa renda e não por fatores raciais.

Segundo Frei David (2024), a fome e a necessidade de subsistência levam muitos jovens a abandonar os estudos para ingressar em empregos de baixa remuneração, perpetuando a sub-representação negra no mercado de trabalho. Apesar de serem maioria na força laboral, os negros recebem, em média, apenas 57,5% do rendimento dos brancos e continuam concentrados em funções operacionais, enquanto cargos de supervisão e gerência permanecem majoritariamente ocupados por brancos.

Essa desigualdade estrutural é reflexo de um processo histórico que inclui quase quatro séculos de escravidão. Em que o próprio acesso à educação foi negado a pessoas escravizadas e libertas, reforçando um ciclo de exclusão que ainda limita os avanços sociais, econômicos e educacionais.

Mesmo levando em consideração a pluralidade racial e apesar dos avanços, as barreiras não se limitam ao ingresso. A permanência de estudantes é prejudicada por fatores externos como: longas jornadas de trabalho, custos com transporte e alimentação, insegurança no deslocamento noturno, ausência de políticas de apoio financeiro e a precariedade estrutural de muitas instituições. Esses elementos, aliados à desvalorização profissional e à exaustão mental, atingem todas as etnias, entretanto elevam a evasão no ensino superior de forma mais acentuada ao povo preto e pardo, como abordado anteriormente

### **Objetivos**

Discutir as condições favoráveis de acesso e permanência de pessoas negras e pardas no Ensino Superior entre 2022 á 2026.

### **Metodologia**

Estudo de caso

Esse trabalho é de natureza aplicada, com abordagem qualitativa e tipo explicativa.



Segundo Thiollent (2011), estudo de campo permite ao pesquisador entrar em contato direto com a realidade concreta, superando a distância entre teoria e prática. Ele se torna um instrumento fundamental para a análise das condições reais de vida e trabalho dos sujeitos sociais. Utilizando os seguintes procedimentos metodológicos: Levantamento bibliográfico e de dados, entrevista semiestruturada com pessoas que tiveram acesso ao Ensino Superior e estruturada com pessoas que não tiveram acesso ao Ensino Superior e análise de dados

### **Revisão de Literatura**

Após as análises dos dados das pesquisas apresentadas anteriormente, é possível observar a linha de progressão do movimento negro e suas conquistas alcançadas, no entanto, ao observar a história de segregação, extermínio, falta de apoio e injustiças, esse número se torna pequeno e desproporcional, principalmente se comparado ao grupo étnico branco.

Segundo Domingues (2005), apesar de em 1988 ter surgido uma lei que aboliu a escravidão, negros e brancos ainda não tinham posição de igualdade na sociedade. Acesso a direitos básicos como: saúde, moradia e educação eram negadas a essa parcela populacional. Tenho por hipótese que essa ausência de direitos, foi uma postura organizada, a fim de manter os negros em posições de subserviência e garantir que sua mão de obra permaneça barata.

Essa afirmação de Domingues conflita diretamente com o mito da democracia racial que por sua vez ignora fatores como a herança, as conexões, a sorte, a discriminação, dentre outros. A democracia racial é um conceito que, em sua formulação inicial, buscava destacar o modelo brasileiro de convivência racial como mais “harmônico” se comparado ao segregacionismo vivido nos Estados Unidos.

Segundo o sociólogo Gilberto Freyre, a miscigenação teria contribuído para atenuar os conflitos raciais no Brasil. Entretanto, outros teóricos não só divergem dessa opinião como combatem a mesma.

Hasenbalg (1979) Defendeu que a desigualdade racial não é efeito apenas da classe social, mas de mecanismos próprios do racismo.

Nascimento (1978) democracia racial não passa de uma falácia, uma mentira oficial destinada a mascarar a dura realidade do racismo contra o negro no Brasil. O que já contrapõe o argumento levantado por Freyre e acerca da democracia racial.



Fernandes (1978) reforça que a chamada democracia racial brasileira é um mito. A integração do negro na ordem social competitiva não eliminou a sua condição de marginalidade, mas a reproduziu sob novas formas. Ou seja, não é corente dizer que na sociedade brasileira vivemos em uma democracia racial, afirmar isso seria ignorar os dados, as pesquisas, os anos de desigualdade entre o tempo de livre e o tempo escravo do indivíduo.

Segundo Chalhoub (2011), a democracia racial opera como um discurso ideológico que oculta práticas racistas. Esse mito foi criado para mascarar as desigualdades raciais estruturais no país. Visto que, mesmo antes do ano da libertação dos escravos, em 1888, os direitos de pessoas negras já foram confiscados.

Leis como: Lei nº1 de 1837 a respeito da instrução primária, o artigo 3º afirma que pessoas portadoras de moléstias contagiosas, escravos, pretos africanos ainda que livres ou libertos eram proibidos de frequentar a escola pública.

E também a Lei de terras de 1850, que foi uma das primeiras legislações brasileiras a regulamentar a questão fundiária. Expedida durante o Segundo Reinado, ela estabeleceu a compra como a única forma de acesso à terras, encerrando a ocupação por posse como meio de legitimar a propriedade.

Essas medidas excludentes, já capturavam os direitos existência do povo escravizado, antes mesmo de adquirirem a sua liberdade. Portanto, é necessário que haja políticas de acesso e permanência, assim como ações afirmativas, com o intuito de reparar os erros causados pelo poder público.

Gomes (2001) aponta que: as ações afirmativas consistem em políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e a neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física impostas ou sugeridas pelo Estado, por seus entes vinculados e até mesmo por entidades puramente privadas, elas visam a combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade.

Segundo Cashmore (2000, p.31) as ações afirmativas vão além da garantia de direitos, elas coíbem qualquer manifestação de discriminação, não apenas a racial.

Essas ações contribuem para a equidade social e asseguram justiça social para aqueles que foram postos a margem durante quase 400 anos.



Segundo Domingues (2005), Apesar de em 1988 ter surgido uma lei que aboliu a escravidão, negros e brancos ainda não tinham posição de igualdade na sociedade. Acesso a direitos básicos como: saúde, moradia e educação eram negadas a essa parcela de pessoas. O que mais uma vez conflita com o mito da democracia racial que por sua vez ignora fatores como a herança, as conexões, a sorte, a discriminação, dentre outros.

Segundo Chalhoub (2011), a democracia racial opera como um discurso ideológico que oculta práticas racistas, esse mito foi criado para mascarar as desigualdades raciais estruturais no país.

A história factuada relata que os negros retirados do continente Africano juntamente com suas famílias eram negociados tal qual mercadoria. As famílias desembarcavam do navio negreiro após uma viagem exaustiva, exploratória e humilhante. Eles vinham ao encontro dos senhores que tinham interesse na comercialização desses indivíduos. Ao serem vendidos, muitos se separavam para sempre de seus familiares, sem nenhuma promessa de retorno ou algum tipo de manutenção de contato, apagando definitivamente o histórico familiar.

Após o período abolicionista, os negros no Brasil seguiram enfrentando um novo tipo de opressão: a exclusão social institucionalizada, onde grupos específicos da sociedade são sistematicamente marginalizados ou impedidos de acessar direitos, recursos e oportunidades, e isso ocorre de forma respaldada por instituições.

No contexto de acesso e permanência de pretos e pardos vemos essa exclusão nos índices de ingresso e evasão desse grupo étnico se comparado ao grupo étnico branco. A desigualdade de oportunidades de acesso ao ensino superior é construída de forma contínua e durante toda a história escolar.

Quando Chalhoub (2011) destaca a meritocracia como mito, ele retrata que a idéia de esforço individual é suficiente para o sucesso, ignorando fatores como acesso desigual à educação, saúde e oportunidades de trabalho, entre outros. A meritocracia, é uma idéia liberalista, capaz de incentivar produtividade, inovação e mobilidade social para os indivíduos que creem nesse discurso.

A abordagem dos documentos traz consigo muitas informações pertinentemente ao contexto do cotidiano, a desigualdade social entre os grupos étnicos (negros e brancos), o processo de favelização, a ausência de oportunidades de trabalho,





moradia e educação aliados a discurso mitológico de meritocracia, e a ilusória democracia racial, contribuem para o crescimento negativo das estatísticas para o ponto de vista dos negros e pardo.

Ações afirmativas foram criadas como bem citado acima a fim de combater e minimizar tais diferenças, mas a luta por igualdade e garantia de direitos para pretos e pardos é uma luta extensa.

### **Intenção Teórica**

Para contemplar a problemática central desta pesquisa, é necessário retornar ao momento inicial da colonização, marcada pela exploração econômica e pelo sistema escravocrata. O colonialismo não apenas se estruturou em torno da extração de riquezas e da submissão de povos originários e africanos, mas também produziu uma lógica de hierarquização racial que perdura até hoje.

Nesse contexto, Fanon (1961) observa que o colonialismo se esforça por desumanizar o povo escravizado, convencendo-o de que a inferioridade e a animalidade começam nele, naturalizando a exploração e a segregação.

Essa construção histórica de desigualdade racial criou barreiras estruturais de acesso à educação, ao trabalho e à mobilidade social, cujos efeitos ainda podem ser observados nas disparidades contemporâneas, especialmente em relação à população negra. Assim, compreender a raiz colonial é fundamental para analisar as persistentes desigualdades sociais e raciais que motivam a presente pesquisa.

Quando os colonizadores surgiram a fim de transportar o povo negro com promessa de trabalho em uma nova terra, eles observaram que os povos africanos tinham, seu idioma, sua cultura, religião, músicas, histórias, costumes, vestimentas e outros artigos que compunha aquele povo. Tenho por hipótese que a maneira mais fácil que o colonizador encontrou para subjugar aquele foi tirando deles a sua marca identitária.

Após confiscar todo material que traz identidade ao grupo escravizado, ele decide por dividir as pessoas de suas famílias, apagam seu legado, sua linhagem e seus laços, subjugando e doutrinando aquele povo com os costumes do colonizador.

Não à toa, que os museus europeus retêm mais artigos culturais africanos que as aldeias africanas em si. Não á toa, que os bairros marginalizados possuem pouco acesso espaços culturais em sua localidade, tais como: museus, teatros, convenções,



cinema, bibliotecas, bienais, galerias de arte, shows, artes maciais, escolas de música, escola de dança, e outros. Restringir o acesso a cultura de um povo, impede a ele, de ser identificar e se posicionar em uma sociedade, contribuindo para que aquele individuo não reconheça a si e seus semelhantes.

Conforme Freire (1963, p. 11), uma prática educativa que se queira democrática não pode ser invasiva, sobrepor-se à realidade cultural em que está se dando. Isso reforça que, ao restringir ou apagar a cultura de um povo, nega-se a sua identidade e se mina sua capacidade de se reconhecer e se posicionar.

Andrews (1997) diz que o conceito de democracia racial no Brasil sugere uma sociedade livre de impedimentos legais, entretanto, ele questiona essa visão ao evidenciar as persistentes desigualdades raciais no país. Até os dias de hoje é possível testemunhar pessoas em trabalhos análogos a escravidão, que não tem direito a sair do local onde trabalha, que não tem contato com sua família, que não é tratado com dignidade, e é inferiorizado pelas pessoas a quem esse indivíduo serve.

É possível observar a aparente desigualdade quando vemos manchetes de jornais ou portais de notícias sensacionalista. Quando há uma hipervalorização de casos onde o suspeito é negro e é atribuído a ele, os mais diversos tipos de adjetivos perjurativos e em contra partida quando o suspeito tem pele branca, o tratamento diverge.

Quando George Andrews aborda democracia racial e persistentes desigualdades raciais em nossa sociedade, é indissociável não fazer alusão a casos como o de Thor Batista e Sari Cortes Real, por exemplo. Em 2025, Marlon Brendon Coelho Couto da Silva, mais conhecido como Mc Poze do rodo, foi detido pela polícia civil do Rio de Janeiro com a prerrogativa de apologia ao crime. Poze foi detido em sua casa e levado pelos policiais descalço, sem camisa, algemado, com vários agentes policiais ao seu redor, e com uma grande quantidade de câmeras apontadas para o seu rosto, supostamente a fim de expor ele ao ridículo.

Tenho por hipótese que esse tipo de exposição para mídias sensacionalistas é uma construção do que é considerado pela sociedade como aceitável e não aceitável.

Costa & Santos da Universidade do Estado do Pará (UEPA), investigaram quatro professoras e uma coordenadora em Belém. O estudo mostrou que, sem perceber, as professoras acabaram silenciando e naturalizando diferenças de



tratamento, reproduzindo desigualdades e exclusão de crianças negras no ambiente escolar. Isso evidencia que frequentemente é relativizado e as vezes até inconscientemente a dor e o sofrimento do negro, e ao mesmo tempo, é exposto o erro cometido por ele.

Bourdieu (2000) – aborda que a posição social e o poder de um indivíduo na sociedade são determinados por uma articulação, isto é, o sistema foi feito para nos manter na pobreza. pobreza é essa que é um problema dramático e abissal que insiste a permanecer em nossa sociedade.

Imagine um cenário em que um advogado, pertencente à elite, precisa de alguém para cuidar de seu filho enquanto ele trabalha. Para isso, ele contrata uma babá, uma mulher oriunda da periferia, formada em escola pública, com poucas oportunidades educacionais e profissionais.

Essa babá, com dedicação e afeto, cuida do filho do patrão, que mais tarde seguirá os passos do pai e se tornará advogado. Enquanto isso, a babá também tem uma filha, que cresce vendo sua mãe trabalhando como cuidadora. Com poucas possibilidades de ascensão social, essa filha tende a seguir o mesmo caminho da mãe, tornando-se também babá. Em muitos casos, esse ciclo se repete dentro da mesma casa: a filha da babá torna-se responsável por cuidar dos filhos do menino que sua mãe ajudou a criar, ou seja, a profissão considerada subalterna é herdada, não por escolha, mas por falta de oportunidades e uma silenciosa e invisível imposição

Essa lógica de reprodução social e profissional é histórica e ainda hoje se repete em muitas casas elitizadas pelo Brasil, perpetuando desigualdades estruturais baseadas em classe, raça e acesso à educação. Quando não se tem acesso à cultura, educação, saúde, transporte de qualidade, segurança pública, para romper as amarras sociais impostas, é quase impossível acender socialmente.

A autora desse trabalho já ouviu pessoas dizerem que pobres não gostam de estudar, ou não gostam de ler. Mas a pergunta é: será que essas pessoas que não gostam de ler, por simplesmente não gostarem de ler ou porque indiretamente é imposto a elas a não valorização dos livros, do estudo e da cultura? Ora, se você mora em um bairro afastado do centro da cidade, e no seu bairro não possui sequer um espaço climatizado e confortável para apoiar seus objetos e estudar, ou ler um livro.





Se você precisa pegar duas, três, quatro conduções para acessar locais assim, como você vai querer valorizar aquilo que não é acessível para você? Outrora, como você vai compreender arte e suas dimensões se você não frequenta uma galeria de arte ou um museu?

Diferentemente da classe dominante que frequentam esses espaços pois se encontra próximo deles e ou possuem poder aquisitivo para frequentar em outros países. Por isso Bourdieu diz que a posição social do indivíduo e o seu poder são determinados pela articulação, se você não tem acesso a locais de lazer e cultura, como pessoas de poder aquisitivo alto possuem, você não vai entender o valor daquilo ali, logo você também não vai valorizá-lo.

Almeida (2019) enfatiza que o racismo está enraizado nas estruturas sociais, políticas e econômicas, influenciando todas as relações sociais de maneira sistêmica.

Almeida atesta aquilo que foi lido ao longo de toda essa pesquisa, o racismo enraizado na estrutura social se torna evidente quando tratamos de acesso e permanecem na educação, saúde, transporte, segurança, lazer, na habitação e na cultura.

Para finalizar Nilza (2000) diz que enquanto esse processo de enfrentamento [do racismo] não ocorrer, as desigualdades sociais baseadas no racismo continuarão, e, ainda mais quando se trata de igualdade de oportunidades.

O livro Caminhos para uma educação antirracista: teorias e práticas docentes diz que:

A ausência negra nos espaços não pode mais ser normalizada nem tolerada; a diversidade é a nova realidade a ser concebida como premissa obrigatória. [...] A cultura afro-brasileira é preponderante na identidade nacional, ainda que tentativas históricas de apagamento tenham tentado invisibilizá-la (SOUZA; SILVA JUNIOR, 2023, p. 65).

A negação da cultura afro-brasileira é historicamente instrumento de apagamento que visa enfraquecer a identidade, o pertencimento e a representatividade da população negra. Ao invisibilizar essas referências, a sociedade perpetua desigualdades e silencia narrativas essenciais para a construção de um país mais justo.

